


| | | | | |
|--|-------------------------|---------------------|----------------------------|---------------|
|  | INSTRUÇÃO | | CÓDIGO S.I.F. 09 | |
| PROPONENTE (S) | ENTRADA EM VIGOR | DATA EMISSÃO | Nº DOC | FL 1/3 |
| D.S.A | 16/12/2025 | 23/12/2025 | 04/2025 | |

ASSUNTO: Reservas de Fundos Próprios.

Considerando a necessidade de ajustar as taxas de reservas de fundos próprios, definidas na Instrução n.º 01/2025 de maio de 2025, face à evolução do Sistema Financeiro nacional e internacional e os riscos a ela associados;

Considerando, ainda, que, ao abrigo do n.º 2 do art.º 5.º da NAP 07/2024 “Medidas de Política Macroprudencial”, o BCSTP deve definir e divulgar, semestralmente, a percentagem de reservas dos fundos próprios e as instituições a que se aplicam, de acordo com a respectiva importância sistémica, tendo por objectivo final, alcançar a estabilidade financeira;


Nestes termos, o Banco Central de São Tomé e Príncipe, no uso da competência que lhe é conferida pelas alíneas g) e k) do n.º 1 do artigo 6.º da sua Lei Orgânica - Lei n.º 03/2025, de 5 de Junho, determina o seguinte:



Artigo 1.º
(Objecto e âmbito)

A presente instrução visa definir as novas reservas de fundos próprios, e aplica-se às instituições bancárias autorizadas a operar em São Tomé e Príncipe, de acordo com classificação do Banco Central de São Tomé e Príncipe, publicada ao abrigo da NAP 08/2024 “Critérios de identificação de instituições bancárias domésticas de importância sistémica (D-SIBs)”.

Artigo 2.º
(Reserva de fundos próprios para risco sistémico)

1. É aplicada às seguintes instituições bancárias:

| | |
|--|----------------------------|
| Vistos  | Dados de Revogação: |
|--|----------------------------|

| | | | | |
|--|---|---------------------------------------|------------------------------|---------------|
|  BANCO CENTRAL de São Tomé e Príncipe | INSTRUÇÃO | | CÓDIGO S.I.F. 09 | |
| PROPONENTE (S) D.S.A | ENTRADA EM VIGOR 16/12/2025 | DATA EMISSÃO 23/12/2025 | Nº DOC 04/2025 | FL 2/3 |
| <p>a) Banco Internacional de S. Tomé e Príncipe S.A. – uma percentagem de 2,38% do montante total das posições de risco e constituído por fundos próprios principais de nível 1 (Common Equity Tier 1);</p> <p>b) Afriland First Bank STP – uma percentagem de 1,71% do montante total das posições de risco e constituído por fundos próprios principais de nível 1 (Common Equity Tier 1);</p> <p style="text-align: center;">Artigo 3.º (Reserva de conservação dos fundos próprios)</p> <p>1. É aplicada às seguintes instituições bancárias:</p> <p>c) Banco Internacional de S. Tomé e Príncipe S.A. – uma percentagem de 2,07% do montante total das posições de risco e constituído por fundos próprios principais de nível 1 (Common Equity Tier 1);</p> <p>d) Afriland First Bank STP – uma percentagem de 1,98% do montante total das posições de risco e constituído por fundos próprios principais de nível 1 (Common Equity Tier 1);</p> <p>e) BGFI Bank São Tomé e Príncipe S.A. – uma percentagem de 1,85% do montante total das posições de risco e constituído por fundos próprios principais de nível 1 (Common Equity Tier 1);</p> <p>f) Ecobank – São Tomé e Príncipe S.A. – uma percentagem de 1,79% do montante total das posições de risco e constituído por fundos próprios principais de nível 1 (Common Equity Tier 1).</p> <p style="text-align: center;">Artigo 4.º (Prazo)</p> | | | | |
| Vistos  | | Dados de Revogação: | | |



BANCO CENTRAL
DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE

INSTRUÇÃO

CÓDIGO

S.I.F. 09

PROPONENTE (S)

ENTRADA EM VIGOR

DATA EMISSÃO

Nº DOC

FL 3/3

D.S.A

16/12/2025

23/12/2025

04/2025

As exigências de capital previstas nos artigos anteriores devem ser constituídas até o dia 1 de Março do ano 2026.

Artigo 5.º

(Sanções)

O não cumprimento das disposições contidas nesta Instrução é passível de sanção, nos termos da NAP sobre Acção Supervisora e Aplicação de Penalidades.

Artigo 6.º

(Esclarecimento de dúvidas)

As dúvidas que surgirem na interpretação e aplicação da presente Instrução deverão ser submetidas à Direcção responsável pela área de Supervisão Macroprudencial do BCSTP.

Artigo 7.º

Entrada em vigor

A presente Instrução entra imediatamente em vigor.

Banco Central de S. Tomé e Príncipe, 23 de Dezembro de 2025.

Vistos

Dados de Revogação: